



O F A R O L

P A U L I S T A N O.

233



*La liberté est une enclume qui userá tous les
marteaux*

QUARTA FEIRA 31 DE OITUBRO.

CONSELHO DO GOVERNO D'ESTA PROVINCIA.

SESSÃO ORDINARIA EM 8 DE OITUBRO DE 1827
N.º 56

PResentes os Ill.^{mos}, e Ex.^{mos} Sr.^s Con-
selheiros as 10 horas da manhã, declarou
o Ex.^{mo} Sr. Vice-Presidente aberta a Ses-
são, e lida a Acta da antecedente foi ap-
provada.

Versou a discussão sobre diversos re-
querimentos, e depois de madura refle-
xão foram deferidos os seguintes= O de An-
tonio José de Britto, e Joaquim Ferreira
da Silva, que pedem ser dispensados de
pagar a importancia da rubrica dos Livros
de Distribuição, que, na qualidade de
Juizes da Villa de S. Carlos, haviam exi-
gido do Ouvidor da Comarca; que subsis-
ta a deliberação do Ex.^{mo} Conselho em Ses-
são de 23 de Dezembro do anno proxime
passado=O de Antonio Machado de Cam-
pos sobre um caminho, que passando pe-
las terras de Jeronimo Cavalheiro Leite,
este o trancára de auctoridade propria; que
não preenchendo o Juiz Ordinario em to-
da a sua plenitude a disposição da Lei de
9 de Setembro de 1773. §. 12, para de-
pois dar a informação exigida, deverá por
tanto assim executár, indo pessoalmente ex-
aminar, se a servidão do dicto caminho es-
tá nas circumstancias de ser manútenida
na forma da Lei, e em caso affirmativo o
faça executár=O dos Padres Valerio de Al-
varenga Ferreira, e Agostinho da Fonse-
ca Moreira, que pedem a reedificação de

uma antiga, e abandonada estrada para a
Villa de S. Sebastião; que como da pro-
jectada reedificação só resultará beneficio
particular aos supplicantes, deverão assignar
termo nas Camaras das Villas de S. Se-
bastião, e Jacaray, no qual se obriguem
por si, e seus successores nas Fazendas,
de que são Proprietarios a fazer á sua cus-
ta a mencionada reedificação, e conservar
sempre a Estrada da mesma sorte em bom
estado, debaixo das condições propostas pe-
los demais Proprietarios, em suas respos-
tas junctas ao seu requerimento, que en-
tão voltará com certidão do referido ter-
mo, para ser resolvido definitivamente=O
de João Moreira Martins Crespo; que
lhe fica livre construir á sua custa a pon-
te, de que tracta no rio Paraytinga, ad-
vertindo porem, que ainda quando seja nos
limites de sua propriedade, mas na estrada
Publica, e respectivo porto de passa-
gem não poderá collocar o pretendido por-
tão com chave=finalmente o de varios
moradores da Freguezia de Nasareth, em
que pedem a conservação de um antigo
caminho, despresado um novo atalho, que
abriu Silvestre Antonio dos Sanctos; que
se remetteu ao Donctor Ouvidor d'esta Co-
marca, para que em correição examine, o
que for mais util ao Publico, e defira em
conformidade das Leis. Levantou-se a Ses-
são as 2 horas da tarde; e eu Joaquim
Floriano de Toledo, Secretario do Gover-
no a minutei, e fiz escrever.=Luiz An-
tonio Neves de Carvalho=Francisco Ig-

nacio de Sousa Queiroz = Antonio José Vaz
= Manuel da Cunha de Azeredo Coitinho
Sousa Chichorro = Bernardo José Pinto Ga-
vião Peixoto =

Secretaria do Governo de S. Paulo 24
de Outubro de 1827—Joaquim Florianno de
Toledo.

ARTIGO TRADUZIDO (extraído d'Astréa)

*O Povo não é nem tão difficil de ser governado; nem
tão inconstante; nem tão ingrato como de ordina-
rio o accusam.*

Inclino-me a crer que longe de ser o Povo difficil de governar-se, é bem pelo contrário;—e que antes elle com facilidade summa se-deixa opprimr: pelo que lhe não pretendo tecer elogios. Não é já bastante para honra de uma nação o submeter-se ella de bom grado a leis justas e humanas, a leis iguaes, á que os seus mesmos mandões se-submettem; não é isto um dever seo? não lhe-serve de glória? Mas por outra parte não se-poderá com mais razão chamar antes infamia, do que fidelidade, o sujeitar-se benignamente a insolente vontade dos usurpadores e traidores cujo dever, sendo o de proteger a nação, não fazem mais do que saqueal-a, sem reconhecerem lei alguma, exercitando crueldades em vez de administrar justiça, e opprimindo os subditos contra o theor das leis, das quaes se-servem somente para obrar de um modo illegitimo e desregrado! Eis na minha opinião a differença que ha entre os homens livres que obedecem a leis justas, e os escravos que se curvam sem distincção a ordens injustas.

No mundo eu não conheço Estado algum onde os que governam deixem de empregar ardís e mauejos pouco decentes a fim de se-apoderarem não só de toda e qualquer auctoridade possivel, como tambem do todas as rendas que o Povo póde economisar: e de certo se assim procedem não é porque o Povo seja inclinado a recusar-lhes ou invejar-lhes auctoridade e rendas rasoaveis, nem saiba relevar-lhes algum excésso e desmancho tanto em uma como em outra coisa. E quando os dominadores de um Povo não se-dão por contentes, senão tem o poder de o destruir com tanta facilidade como de o proteger, de o reduzir á mendicidade em vez de impôr-lhe taxas rasoaveis;—quando as leis são tidas em nada e abolidas, e elles se-apoderam do patrimonio nacional, —póde haver quem diga que o Povo é inconstante e indocil; por-

que se resente do damno que lhe fazem, e quer tomar contas d'isso? Quem póde existir tranquillamente na penuria, ou mostrar agradecimento aos que o tractam de um modo cruel? Quando se-elevam homens a grandes empregos, espera-se sempre que elles haõ de fazer todo o bem; o Povo, que nestas vistas lhes conferio auctoridade, murmura de certo se-vir frustrada a sua expectação, e principalmente se em vez do grande bem que d'esses homens aguardava, elles só lhe fazem o maior mal possivel, desonerando-se assim de quanto são devedores ao povo.

Todos os que se tornam inimigos dos seus bemfeitores, não se-devem maravilhar de que estes se resintam de tão abominavel ingratião e de tão perfido comportamento. A violencia, principalmente aquella que nos-vem da parte dos que estão na obrigação de bem obrar para conosco, cedo, ou tarde é repellida tambem pela violencia; coisa na verdade muito justa. Não é a auctoridade como tal, mas sim a protecção, que tem o direito de exigir respeito e reconhecimento. Quem se-mette a governar, e não protege os subditos, não deve ficar surprehendido, se for detestado em vez de ser amado; se traír sobre si o desprezo em lugar de respeito; e a insurreição quando contava com a submissão. E' só o bom governo quem faz bom o Povo. Os homens de bem não se-queixam dos honrados. Quando o Povo é máo, póde presumir-se que se-lia tornado tal por obra dos que o governam; e n'esse caso, quem tem mais razão de queixar-se? Porque o Povo se-afferra afincadamente á sua liberdade e ás suas leis é que o-olham talvez como malvado e indocil: censural-o por isso é tecer-lhe elogios, é cobrir de opprobrio os que o governam, é dar a entender que estes aspiram á tyrannia;—mas é ao mesmo tempo declarar que o Povo possui demasiada virtude e córagem para que o possa soffrer.

A Republica de Genova recorreo ao rei de França para que a protegesse contra os inimigos d'ella. “ Não (dice o rei); se elles se entregam a mim, eu dou-os ao Diabo; são dignos só de um tal senhor. ” Muitas vezes se-tem repetido éstas palavras, como uma satyra contra esse Povo, quando na realidade ellas são um elogio que se-lhe faz, apezar do que o rei quiz dizer. Em tempos anteriores esse rei havia apprehendi-

do a defesa dos Genovezes, e com effeito enviou-lhes tropas que na verdade os defenderão de seos antigos inimigos; mas ellas lhes fizeram muito peor do que estes. Afim de com as suas proprias mãos se-indemnizarem de ter salvado a Republica, era de mais necessario que os Francezes a destruissem, e pozessem a ferros por havel-a livrado da escravidão! Por causa d'esta atroz perfidia, d'esta tyrannia foi que o Povo os lançou fóra do seo territorio, e por assim trabalhar na sua propria conservação, é que este principe se irritou contra ella. Eis o porque deo esse Povo ao Diabo como instrumento proprio para vingal-o d'esta pretendida injuria. Que desejava elle que os Genovezes fizessem? Pretendia que se mostrassem reconhecidos por lhes ter mudado a condição, se elle não lh'a tornava melhor? Pela satisfação de haverem mudado de oppressores, queria esse principe que os Genovezes beijassem o Sceptro de ferro só porque era novo, ainda que tão pesado como o antigo? queria que se submettessem com humilhação aos açoutes, ás torturas, aos grilhões, á rapina, á mendicidade, á morte? Por ventura poderiam elles tomar a crueldade por affabilidade; deveriam expôr-se mais uma vez á traição, e benignamente sujeitar-se á escravidão d'aquelles de quem se serviram e a quem pagaram para abolir-lh'a? Mereciam os Genovezes que os dessem ao Diabo, porque não quizeram fazer o sacrificio da sua liberdade, bens, familias, vida, e de toda a felicidade humana á ambição e á pilhage de seos inimigos, ou dos que eram muito peiores, *seos perfidos amigos?*

(Gordon.)

CORRESPONDÊNCIAS.

Sr. Redactor—É da maior importancia que se vão combatendo certos prejuizos, que, ainda por mais innocentes que pareçam, fazem muito mal, porque dão azo a que n'elles aprendão doutrinas perigosas, com que facilmente se illude o povo incauto e sem luzes. N'este numero é sem dúvida contido o muito espalhado e repetido conceito de que o governo patriarchal é o typo, ou molde do governo politico, e que o principe é no estado o que é o pae na familia. Esta ideia só podia nascer da completa ignorancia da natureza, dos meios, e do objecto da sociedade ci-

vil, e póde em suas consêquencias ser muito favoravel ao systema de governo absoluto, que ainda alguns sujeitos de bem entendida caridade nos querem impingir.

Nem uma analogia há entre o chefe da familia e o chefe do Estado. A authoridade do pae tem fundamento na natureza; foi pela natureza creada, não só porque o pae gerou os filhos; mas porque o ente forte tem poder no ente fraco, o ente que cria as cousas necessarias á vida, sobre o ente que nada pode ainda criar, e que de tudo necessita. No Estado, a authoridade do chefe é toda de convenção, porque a natureza o fez fraco em comparação de uma nação. A verdadeira experiencia é a que ensina o que convêm ás sociedades, e os meios de procurar isso que convêm, existe na nação; n'ella é que existem os capitaes, a industria, as sciencias, as artes e o trabalho.

Na familia todas as ideas uteis, todos os meios de execução vêm do chefe; é elle quem concebe todas as emprezas productivas, e que realmente faz viver seus filhos, e seus obreiros. No Estado, o chefe vive á custa dos seus subditos, que nunca prosperão tanto como quando se não intromette a dirigir-lhe as acções.

Uma nação poderia, em rigor, subsistir sem o seu govêrno: cada profissão trocaria os fructos do seu trabalho pelos productos dos trabalhos dos outros. Seria inconcebivel um govêrno sem nação.

São na verdade galantes mininos os que possuem fôrça, pensamento e execução! Outro tanto se pode dizer do emblema de um pastor conduzindo o seu rebanho. Deixemos todas essas ficções pastoris aos séculos passados; que já não pertence ao nosso

O Seculo 19.

Sr. Redactor—Em um Estado livre não só é licito, como até louvavel, que todo o Cidadão lembre aquellas medidas, que podem concorrer para alguma porção de commodidade, e bem Publico: d'isto persuadido, peço-lhe, queira dar logar na sua Folha ás seguintes reflexoens.

Há em frente do Convento de S. Francisco d'esta Cidade um terreno fechado por muros, no qual á excepção de alguns pés de caffè, e capim, nenhuma outra plantação existe; que não offerece lucro algum; e que em vez de ser uma figa, bem po-

dia, derribados os muros, formár uma bella praça, ornando, e formoseando o patêo do mesmo Convento, e o mais é servindo de summo beneficio ao publico, quando applicado ao fim, que lhe vou a dizer, e que parece comprehendido nos §§ 3.º, e 4.º do Art.º 2.º da Lei de 9 de Setembro de 1826.

É bem sabido, que no centro d'esta Cidade, a fallár propriamente, não se acha mais do que um chafariz, que em tempo de sêcca deixa de fornecer agôa, causando por isso muito incommodo á nós outros; rasão esta, que fez, há quasi dons annos, com que a Camara d'esta Capital, para providenciár á simillhante respeito, procedesse á uma vistoria, em a qual reconheceu, que grande porção d' agôa, que do respectivo tanque descia para o dicto chafariz se filtrava pelo assúde, ou atterrado, e que por isso devia ser elle concertado, e ella encanada novamente, sendo ao mesmo tempo util lançar mão, da que ficava em outro tanque vizinho, do qual só saía para a serventia do sobredito Convento, e fazer outro chafariz.

N'este estado de pretensões, quando tencionava dar principio á obra, findou-se o anno de seu serviço, tomou posse a nova Camara, e frustrarão-se estas uteis providencias, e o genio de penetração, que não adormece, inspirou ao Convento, que deixasse passár algum tempo, e depois, como óra acontece, pedisse por carta de data o terreno, em que existe o segundo tanque, a fim de que, cercado elle, não pudesse a Camara depois utilisár-se da agôa, e ficasse sempre o Convento com ella de sobra, e por consequencia o Povo algumas vezes sem nenhuma.

Lembra-me pois o seguinte, e é, que apesar do que fica exposto, a Camara conceda o terreno, e tanque, que o Convento pedè, mas que os Religiosos, cujo character deve ser sempre o da beneficencia em refêm derribemos muros, de que tenho tractado, e que de nada servem, dando assim mais ornato á frente de seu Convento; e de accordo com a Camara mandem conduzir a agôa em boa porção para sua serventia, repartindo então alguma quantidade para o chafariz, que se pode estabelecer no meio da praça novamente feita.

D'esta arte combina-se a commodida-

de particular com a do Publico, e os moradores das ruas visinhas muito aproveitão, resultando demais a conveniencia, de, secando o chafariz velho, haver aquelle outro.

Parece-me, Sr. Redactor, que já estou vendo uma praça tão bonita com um bello chafariz, todo rodeado de povo, e aos Religiosos nas suas janellas muito contentes de ter concorrido para aquelle bem. Infelizmente porém talvez assim não succeda, por quanto há certo spirito antiquario, que aborrece, e frustra todas as innovaçoes, que não são exclusivamente em beneficio seu; mas que em caso affirmativo, bastante procura conseguir seus fuis; por exemplo - a pretensão de uma Ordem 3ª d'esta Cidade, que, *si vera est fama*, quer apertar, ou estreitar a travessa, que do largo do dicto Convento desce para a ponte de Lorena, quando, se fosse possível, seria mui util alargar-se todas as nossas ruas; e só seria admissivel a factura do paredão, que quer levantar, quando não pretendesse *chamar sobre elle algum peduço de casa*, e se propuzesse a cercal-o de grades, ou parapeito, para segurança do Publico, e não precipicio, alinhando-o finalmente não pelos muros, que devem ir abaixo, mas sim pela esquina da casa, que possue, e que não deve accrescentar n'aquelle logar.

Propugne pois, Sr. Redactor, para que se verifiquem as providencias, que lembro, quando lhe pareção justas; do que se persuade ————— O Desejoso.

VARIÉDADE.

Nos bons governos, diz Lacretille, a liberdade da imprensa attenúa os partidos, patenteando seus vótos e seus systemas.

Nos máos govêrnos a liberdade da imprensa redóbra a virulencia dos partidos; converte-os em facçoens, prorogando suas esperanças, e persuadindo-os de suas fôrças reaes, ou imaginarias.

Nos bons governos é a liberdade da imprensa o vehículo de todos os bens, nos governos máos envenena todos os males.

A liberdade da imprensa, por si, não cria boas nem más impulsões, as quaes nascem exclusivamente do estado das cousas, e só o governo as pode mudar de mal para bem.

Segue-se pois que não é a liberdade da imprensa, que se deve abolir, mas o systema, é a marcha do governo que se deve reformar.